

# DATALUTA



## BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, outubro de 2022, número 178. ISSN 217-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATALUTA

É POSSÍVEL UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O MARXISMO E A DECOLONIALIDADE?

### ARTIGO DO MÊS

**A INTENCIONALIDADE DA TERRITORIALIZAÇÃO DO EUCALIPTO EM TRÊS LAGOAS (MS):  
UM DEBATE A PARTIR DA TIPOLOGIA DOS TERRITÓRIOS**

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

### EVENTOS

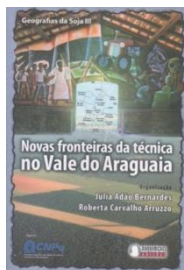
**VIII Seminário nacional de integração da graduação e pós-graduação em geografia; XXII  
Semana de geografia; XVII Encontro de estudantes de licenciatura em geografia.**

Tema: A ciência geográfica e os dilemas atuais da humanidade: entre guerras e pandemias.  
Presidente Prudente, 17 a 21 de outubro de 2022;

### XVI Encontro Nacional da Rede DATALUTA

Praça da Sé, São Paulo, 29 de Novembro a 1 de dezembro de 2022.

## PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia**

**da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:

<http://nuclamb.geografia.ufri.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



#### Webinar Rede DATALUTA

Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA/LUTA/videos>

PodCast Unesp – Pod Territorial.



Autores: *Vários*

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:

<http://podcast.unesp.br>

### EQUIPE:

Revisão, Edição e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Bruna Gonçalves Costa, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wiliams Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

## É POSSÍVEL UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O MARXISMO E A DECOLONIALIDADE?

**Alexis Magnum Azevedo de Jesus**

Docente na Universidade Federal de Sergipe

Docente da Faculdade de Direito 8 de Julho

Doutorando em Educação na Universidade Federal de Sergipe

Membro do Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas

alexisazevedodejesus@gmail.com

Na educação, como nas ciências humanas de forma geral, as epistemologias decoloniais são, hoje, referência importante de debate e produção nas universidades. Está ocupando um espaço importante dentro do campo crítico do conhecimento. Se em momentos anteriores o materialismo histórico dialético, ou marxismo, obteve destaque na discussão crítica, esse espaço hoje se encontra bastante reduzido. As teorias pós-estruturalistas, pós-coloniais, decoloniais, interculturais, são grande parte da referência crítica atual.

As teorias decoloniais seriam as mais indicadas para pensar a realidade dos povos latino-americanos. Mas terá a decolonialidade, realmente, superado as concepções mais clássicas para nos servir de guia teórico-prático, a exemplo do marxismo? Ou, ainda, não seria possível aproximar a discussão decolonial do marxismo?

A *priori*, encontramos duas posições bem fundamentadas: a primeira, em que o marxismo é incompatível enquanto teoria social para pensar a realidade dos povos que vivem na América Latina, uma vez que sustenta o colonialismo em suas teses centrais; e a segunda, que define a possibilidade de diálogo entre essas duas epistemologias.

No que diz respeito à impossibilidade do diálogo entre marxismo e decolonialidade, destacamos três artigos: “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo” de Edgardo Lander (2007); “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” de Ramon Grosfoguel (2009); e “O colonialismo no coração da teoria crítica: a justificativa colonial em Karl Marx” (2010) de Josias de Paula Jr. Todos esses trabalhos seguem uma linha de crítica à Marx por ocasião de suas posições eurocêntricas e colonialistas.

No trabalho “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo” Lander (2007) faz um registro extremamente respeitoso sobre o marxismo. Para ele sem o marxismo “difícilmente poderíamos compreender a sociedade capitalista contemporânea e as tendências hegemônicas da globalização neoliberal.” (LANDER, 2007, p. 222) Por outro lado, reafirma que a teoria marxista é sim uma teoria marxista eurocêntrica e colonialista. Segundo Lander, Marx recai no cientificismo de sua época ao defender um socialismo científico que compartilha “valores de progresso e confiança infinita nas potencialidades benéficas do desenvolvimento das forças produtivas” (LANDER, 2007, p. 243), enxergando a tecnologia como “politicamente neutra”. Também realiza uma crítica de categorias centrais de Marx, como “infra estrutura/super estrutura”; “universalismo”; e “totalidade”.

A partir da referência de Gouldner, Lander faz uma diferenciação entre o que seriam as duas grandes vertentes, o “marxismo científico” e o “marxismo crítico”, buscando evidenciar que o “marxismo científico” seria mais voltado para as questões que enfatizam “a exploração econômica, as relações de

propriedade”, enquanto o “marxismo crítico” estaria interessado nas questões de “desumanização da vida, crítica ao fetichismo e à alienação”. (LANDER, 2007, p. 252).

Essa forma de enxergar o marxismo cindido entre questões econômicas e ideológicas ou culturais, com um forte desvio economicista, também se apresenta em Grosfoguel, no artigo “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” (2009). Grosfoguel questiona: “podemos superar a tradicional dicotomia entre economia política e estudos culturais”? O autor retoma o tema ao longo do texto sob outras formas, tais como “o reducionismo econômico” ou na passagem em que se refere ao capitalismo e “a pessoa já pensa logo na economia”. Em seguida, Grosfoguel estabelece uma crítica às categorias marxistas de infraestrutura e superestrutura.

No artigo de Josias de Paula Jr., “O colonialismo no coração da teoria crítica: a justificativa colonial em Karl Marx” (2010) encontra-se uma crítica severa aos escritos de Marx, sem, contudo, deixar de reconhecer nele “a sensibilidade humanista” e a contrariedade ao extermínio dos povos. A crítica de Josias tem como base os textos de Marx até 1853 e as elaborações de Edward Said, Anibal Quijano e Walter Dignolo.

Nota-se que a decolonialidade atualiza e aprofunda a crítica ao marxismo. Desta vez, não apenas em relação ao conteúdo, a partir dos escritos do próprio Marx, mas realiza sua crítica ao método e às categorias. Isto é, a forma pela qual o marxismo se propõe a ler o mundo de forma crítica, ao final, acabaria por reafirmar a epistemologia colonialista. Passemos então a um exame dessas críticas.

Em primeiro lugar, existe realmente essa divisão tradicional entre economia e cultura, entre as relações concretas de produção e circulação do capital e os estudos culturais? Marx entendeu o capitalismo e elaborou sua crítica da economia política considerando o sistema do capital e o modo de produção como um conjunto de “relações sociais” e não meramente de “relações econômicas”. Logo, ainda que seja verdadeiro que as pessoas pensem “imediatamente” em economia quando falamos em capitalismo e que tenhamos produções que se reivindicam marxistas, mas repousam em um economicismo esquemático, não podemos reputar esse reducionismo ao marxismo como um todo:

(...) o campo da economia política marxista registra no seu interior inúmeras polêmicas, confronto de ideias e de posições. Se há consenso sobre várias questões e problemas novos, há também discrepâncias e dissensos e, curiosamente, o debate envolve até mesmo o próprio objeto da Economia Política marxista. (...) partimos da concepção que foi enunciada por Engels (...) com a ênfase posta por Lênin: “o objeto da economia política não é simplesmente a produção, mas **as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção**” (NETTO, 2012, p. 38 - grifos nossos).

Nesse sentido, para nós que reivindicamos a importância dos estudos da crítica da economia política nos interessa não apenas a produção econômica, mas especialmente as relações sociais da produção, o que implica em compreender como essas relações sociais dizem respeito à exploração do trabalho articuladas com o racismo, sexismo, etc.

Pensamos então, que a solução não é exatamente “dispensar” a forma dialética de pensar a relação entre infra-estrutura e superestrutura para analisar a realidade social como nos sugere Grosfoguel, mas que

contornos essa relação assume quando articulada com o colonialismo, conforme assinala Fanon em “Os condenados da Terra”:

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. **Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial.** (FANON, 2010, p. 56 - grifos nossos).

Essa interpretação “ligeiramente estendida” sobre as categorias de infra-estrutura e superestrutura é um ponto central da defesa crítica do marxismo por parte de Fanon. Fica evidente que a perspectiva teórica aqui apresentada não trata de reduzir os estudos da economia política à economia, tampouco desconsiderar a articulação entre diversas formas de exploração e desumanização do colonialismo. Observa-se também que não se trata de assumir o marxismo de maneira acrítica. O marxismo ligeiramente estendido de Fanon é, ao mesmo tempo, uma reafirmação e uma crítica do marxismo.

Sobre totalidade e universalismo, o marxismo situa o objeto de estudo dentro de uma teia de relações, que encontra, em última instância, suas determinações na sociabilidade capitalista. Não há aqui qualquer possibilidade de isolar a análise do objeto de estudo da estrutura social. Frisamos que essa compreensão não significa reduzir o racismo às questões econômicas, mas de formar alguma desconectar a sua análise do modo de produção e reprodução do capital. A totalidade é assim uma síntese das múltiplas determinações:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas **dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas.** (MARX, 2008, p. 256 - grifos nossos).

A totalidade para Marx significa justamente captar as determinações e relações diversas. Não se trata, portanto, de desconsiderar a diversidade. Por vezes a falta de compreensão sobre a totalidade descamba em análises que afirmam o socialismo enquanto projeto universal que excluiria a diferença, estabelecendo hierarquias entre os diferentes povos.

Para Anderson, entretanto, “Marx foi um teórico cujo conceito de capitalismo não era um universal abstrato”, pois a “universalidade e a particularidade interagem em uma totalidade dialética”. (ANDERSON, 2019. p. 41) Nessa questão, é bastante válido retomar Mariatégui no início do século XX, quando reivindicou uma concepção de socialismo indo-americano, valorizando sobremaneira que a única forma de vitória do socialismo no Peru seria a partir do protagonismo dos povos indígenas daquele país.

Da mesma forma, podemos citar Clóvis Moura como um dos maiores pensadores do Brasil a partir de uma visão negra da realidade. As particularidades nacionais e locais estão, inevitavelmente, articuladas em uma totalidade. Para a teoria marxista não há uma oposição cartesiana entre totalidade e particularidade, mas uma relação dialética.

Sobre os textos escritos até 1853, as traduções inéditas discutidas nos escritos de Anderson possibilitam entender Marx em sentido histórico, considerando também sua mudança de posição sobre o colonialismo e os povos colonizados. Anderson demonstra a mudança de pensamento de Marx diante dos seus primeiros escritos sobre a Índia. O que antes Marx identificava como uma sociedade “sem história” passa posteriormente a enxergar formas comunais e “clânicas” como elementos importantes de resistência à dominação inglesa.

Também defende a luta de libertação dos escravos nos Estados Unidos, se posiciona pela independência na Polônia e Irlanda, e reconsidera as comunas russas como possibilidade de revolução agrária, superando sua concepção inicial de que o socialismo vingaria primeiro nos países de capitalismo desenvolvido. Esse percurso histórico conduz Anderson à seguinte conclusão:

Por um lado, Marx analisou como o poder do capital dominou o globo: ele embrenhou-se em cada sociedade e criou pela primeira vez um sistema mundial universalizado de indústria e comércio e, com ele, uma nova classe universal de oprimidos, a classe operária industrial. Por outro lado, ao desenvolver-se essa teoria universalizante da história e da sociedade, Marx – como enfatizado neste livro – esforçou-se para evitar universais formalistas e abstratos. Repetidamente, ele tentou descobrir as maneiras específicas como os poderes universalizantes do capital e das classes se manifestavam em sociedades ou grupos sociais particulares, seja em sociedades não ocidentais ainda não totalmente penetradas pelo capital – como a Rússia e a Índia -, seja nas interações específicas da consciência da classe trabalhadora com questões étnicas, raciais e nacionais nos países industrialmente mais desenvolvidos. (ANDERSON, 2019, p. 355).

Essas são questões que nos levam a discordar de algumas das críticas apresentadas pelos autores e autoras da decolonialidade. Contudo, em outro sentido teórico, encontramos trabalhos que argumentam a possibilidade do diálogo entre marxismo e decolonialidade.

No artigo “Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo”, Amadeo e Rojas argumentam que existem “uma série de obstáculos substanciais para um compromisso entre pós-colonialismo e marxismo enquanto forma de análise cultural”, pois “os autores pós-coloniais criticam a forma pela qual o marxismo ocidental clássico tratou as sociedades não ocidentais.” (AMADEO, ROJAS, p. 31) Mesmo assim, defendem uma “rearticulação entre marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema mundo” (p. 41). Essa combinação entre marxismo e pós-colonialismo:

cumpriria um objetivo múltiplo. Por uma parte, permitiria reinscrever a análise teórica da realidade material do mundo presente numa reflexão de caráter filosófico do sócio-histórico, evitando qualquer classe de empirismo; e ao mesmo tempo encarnando esse pensamento na realidade material, no sentido forte do termo, da catástrofe civilizatória do capitalismo atual. Por outra parte, uma rearticulação como a proposta permitiria colocar a análise numa perspectiva ampla da mundialização capitalista, mas situada na periferia do capitalismo contemporâneo, podendo contribuir à reconstrução de um verdadeiro grande relato da modernidade. Finalmente, esta rearticulação deveria também ter um papel de ferramenta teórica, e também política, que aportasse elementos para a reconstrução de um programa emancipador, mas aggiornato, acorde com as características do mundo presente. (AMADEO, ROJAS. 2011. p. 41).

O artigo “Teoria Crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo” (BORBA, BENZAQUEN, 2020) reivindica que esse debate sobre a aproximação entre marxismo e pós-colonialismo ainda é “incipiente no Brasil” e indica como referências o trabalho de “Domingues (2009), Amadeo e Rojas (2011), Ballestrin (2013), Maia (2013), Góes (2016), e Siracusa (2018)”. Com exceção de Domingues, todos os trabalhos correspondem a uma produção temporal situada na última década, e, portanto, bastante recente.

Nesse texto, Borba e Benzaquen relembram um momento fundamental da organização da luta anti-imperialista em que o primeiro encontro internacional de lideranças da América, Ásia e África ocorreu em 1928 com apoio do Comitern Russo – 11 anos após a vitória da revolução russa, “criando a liga Anti-Imperialista em Bruxelas”:

Embora esses movimentos tenham ido muito além da direção da Internacional estalinista, o marxismo foi uma primeira linguagem comum às lutas contra o colonialismo europeu e suas ideologias raciais e culturais, criando uma conexão entre o horizonte socialista, a emancipação dos colonizados e a solidariedade internacionalista. (BORBA, BENZAQUEN, 2020, p. 8)

Há um reconhecimento explícito da ligação histórica e prática entre o marxismo - representado nesse ponto pelo marxismo soviético - e as lutas anti-coloniais. Vale ressaltar ainda, o destaque crítico ao papel do stalinismo, quando afirma que esses movimentos foram “muito além da Internacional estalinista”.

Mais adiante, os autores afirmam que tanto os estudos da subalternidade tem relação direta com o marxismo devido a fundamentação gramsciana do grupo, quanto a produção decolonial latino americana inaugurada por Aníbal Quijano indica “um deslizamento dos temas marxistas clássicos (a divisão internacional do trabalho e a acumulação primitiva) para uma ênfase em hierarquias de outra natureza”, mas “mantendo uma embocadura macro-histórica de herança marxista.”

A conclusão é pela necessidade de reinvenção crítica do marxismo, não pelo seu fim:

A crítica ao eurocentrismo não implica o fim do marxismo nem das perspectivas emancipatórias, mas o desafio de sua reinvenção, de seu próprio desenvolvimento como teoria crítica viva, imanente às lutas sociais históricas. Não há razão para advogar um retorno às origens, posição completamente estranha ao modo de pensar marxiano. As categorias marxistas são históricas e, como tais, devem ser constantemente retrabalhadas de acordo com as transformações do mundo. Portanto, não há o Marx “verdadeiro”, objeto da correta exegese por um sistema de perito, como se ele já tivesse antecipado os problemas da libertação pós-colonial e da geopolítica do conhecimento por mais de cem anos após sua morte. (BORBA, BENZAQUEN, 2020, p.11).

Além desses artigos, destacamos a tese “Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?” (AGUIAR, 2017) que reivindica “a possibilidade de a teoria marxista tratar de temas que atingem a América Latina, não sendo necessário o rompimento com o marxismo revolucionário para se concretizar avanços na teoria social e política latino-americana”.

Para Aguiar, Gramsci e Mariategui foram “marxistas que aproximaram a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, estimulando uma profunda associação entre saber intelectual e vontade popular, indicando elementos que contemporaneamente são apresentados pela esquerda decolonial.” (idem)

---

Após uma análise da produção de Gramsci, Mariátegui e o grupo da decolonialidade, Aguiar chega à seguinte conclusão:

Foi com o peruano Mariátegui que pela primeira vez se utilizou desde uma perspectiva crítica, revolucionária, a perspectiva do combate a colonialidade mobilizando sujeitos históricos subalternizados que, organizados em uma frente única de classe, através da consciência de seu papel histórico e por meio da política e ação direta tomariam em suas mãos os rumos da sua história. A descolonização seria, para o revolucionário peruano, a nossa segunda independência. Aqui chegamos, então, ao eixo fundamental do problema de pesquisa. Conceitos e teorias recuperados de maneira direta ou indireta pela corrente de autores decoloniais e já postulados anteriormente pelos autores marxistas aqui destacados – a subalternidade e socialismo indoamericano – não necessariamente se vinculam de maneira rigorosa àquilo que Gramsci e Mariátegui haviam pensado para tais conceitos, apresentando fundamentalmente conclusões políticas distintas. Essa distinção na conclusão política e interpretação dos conceitos se dão fundamentalmente pelo fato de que o Grupo Modernidade/Colonialidade se apresenta através de uma marcante heterogeneidade, onde é possível localizar duas matrizes teóricas de autores, os que permanecem alinhados ao pensamento crítico marxista e os que, ao romperem com qualquer teoria ou corrente advinda da Europa, igualmente desconsideram como válidas as análises a partir do prisma marxista sob o subcontinente. (AGUIAR, 2017, p. 181).

Para Aguiar, a subalternidade e o socialismo indoamericano são reapropriados com novos significados políticos pelos autores da decolonialidade. Dessa forma, devido à heterogeneidade de teorias que é própria da decolonialidade, há correntes teóricas que se mantiveram mais próximas do marxismo. Sob este aspecto, Aguiar caracteriza que “nas obras de Quijano e Dussel cabe destacar que não aparece nos autores uma redução do marxismo a uma ciência puramente econômica.”. Portanto seriam “os autores que mais se aproximam de uma esquerda decolonial marxista, e que criativamente tem realizado uma síntese fecunda entre o marxismo e a decolonialidade.” (AGUIAR, p. 186).

Neste sentido, diante dos elementos teóricos demonstrados entendemos que é possível um diálogo entre a decolonialidade e a tradição marxista para pensar a realidade dos povos da América Latina. O nosso esforço teórico deve ocorrer prioritariamente nesse sentido, de diálogo, aproximação e tentativas de sínteses.

Nesses termos, nos inspiramos em Almeida (2019), que ao elaborar seu conceito de “Racismo Estrutural”, estabeleceu relação entre autores marxistas, decoloniais e pós-coloniais como Alysso Mascaro, Anibal Quijano e Achille Mbembe. Assim, assumimos a perspectiva do marxismo como base teórica central, deixando uma ponte de diálogo aberta com a decolonialidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?. UFCG, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo Estrutural. E. Letramento, São Paulo. 2018.

AMADEOS, Javier. ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. Revista lutas sociais. n. 25-26. Lutas operárias e populares. Especial comuna de Paris. 2011.

---

ANDERSON, Kevin. Marx nas margens. Nacionalismo, Etnia e Sociedades não ocidentais. Ed. Boitempo. São Paulo, 2019.

BORBA, Pedro dos Santos de. BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Teoria Crítica nas margens: um diálogo entre marxismo e pós-colonialismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 35. 103. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nQgP7GzskDqGVmnWxv3MXfc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Periferia, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/2354>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

JUNIOR, Josias de Paula. O colonialismo no coração da teoria crítica: a justificativa colonial em Karl Marx. Revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 2, n. 16. 2010.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. CLACSO. Buenos Aires. 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715080042/cap8.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

NETTO, José Paulo. Introdução a crítica da economia política. Ed. Zahar. 2015.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política: tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São. Paulo: Expressão Popular, 2008.